

A CESTA BÁSICA DE PASSO FUNDO E O PLANO REAL: UMA NOTA COMPARATIVA

Andre da Silva Pereira¹

SINOPSE

O presente artigo analisa as variações ocorridas na cesta básica de Passo Fundo desde a implementação do Plano Real, de junho de 1994 até dezembro de 1997. Identificou-se que a "estabilidade" do valor final da cesta básica passo-fundense está relacionada a alguns índices de preços. A questão da influência da política cambial na agricultura torna-se uma importante variável de análise do comportamento da cesta básica nesse período. Dessa forma, procurou-se mostrar o efeito negativo da política cambial sobre os preços agrícolas pagos ao produtor, o que resultou em benefícios para os consumidores, reduzindo o valor final da cesta básica.

Palavras-chave: cesta básica, agricultura, Plano Real.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração e execução do Plano Real, em julho de 1994, pelo então presidente da República Itamar Franco, propiciou uma gama muito grande de mudanças no dia-a-dia do cidadão brasileiro. A primeira fez-se sentir na estabilidade monetária trazida pelo mesmo, e a segunda, na forma do novo planejamento mensal dos gastos familiares.

Notadamente, fazendo-se uma análise mais profunda, as duas questões citadas estão, na verdade, interligadas quanto ao seu objetivo final. Esse objetivo, como proposto na formalização do Plano Real, era de atingir uma estabilidade econômica e financeira nunca vista por grande parte da população.

Essa suposta estabilidade, que viria a reboque com o andamento executivo do plano, levaria a economia a vivenciar fatos, como redução da superinflação,

¹ Economista, mestre em economia/Ufrgs, coordenador do curso de Economia e Finanças, professor pesquisador CEA/FEA-UPF.

estabilidade da moeda, aumento do poder de compra dos consumidores e, principalmente, a possibilidade de criar por parte do governo federal meios de planejar melhor o cotidiano econômico nacional.

A estabilidade da economia, que viria com aplicação de uma política econômica linear e transparente, seria traduzida rapidamente para uma estabilidade de preços e, por conseguinte, dos produtos agrícolas. A consequência disso seria que a cesta básica de consumo popular passaria também a ter um comportamento de preços menos volátil de um mês para outro.

Sendo assim, pretende-se com este trabalho mostrar como transcorreu essa estabilidade econômica e financeira frente à evolução do custo da cesta básica de consumo popular de Passo Fundo/RS e de alguns produtos selecionados ao longo do período de julho/94 até dezembro/97.

2 PLANO REAL, ESTABILIDADE DA ECONOMIA E O ARROCHO NA AGRICULTURA

O nascimento do Plano Real, com o processo anterior de adaptação e extinção da correção monetária, via aplicação de um redutor, URV, levou grande parte dos economistas, nacionais e estrangeiros, a relatarem sucessivos discursos sobre a aplicabilidade e andamento de mais um plano de estabilidade econômica nacional.

Durante esse processo de transição, para a aplicação com sucesso do Plano Real em julho de 1994, muitas foram as tentativas sem sucesso. Dentre as principais, pode-se citar o Plano Cruzado, que foi colocado em prática no ano de 1986. No entanto, por vários motivos, como acomodação e um prolongado período de espera para se fazer as devidas correções de rumo no mesmo, ao completar nove meses de vida, esse teve a decretação de sua morte.

Fazendo-se uma analogia entre esse plano e o Plano Real, *vis a vis* suas diferenças básicas, pode-se citar como fator inicial de total mudança quanto à sua aplicação a previsibilidade do que seria implementado e amplamente discutido por toda a sociedade. Nessa fase, o então ministro da Fazenda, Pedro Malan, relatou: "... tudo o que fizemos foi previamente anunciado e democraticamente discutido..." ...a exceção, talvez, seja a política de comércio exterior², sujeita às interpéries impostas pelas seguidas mudanças nas alíquotas de importação e, mais recentemente, a introdução do sistema de cotas para as compras de veículos"(Primeiro, 1995, p.25).

² Alvares (1998) e Santos e Severo (1997) fortalecem a relação existente entre a manutenção do Plano Real e a questão da abertura do mercado interno.

Foram sendo, então, costuradas dessa maneira a implementação e o andamento dos vários pontos que deveriam ser tocados pelo plano, a fim de se conseguir chegar à tão esperada estabilidade econômica. Durante esse processo, a variável maior a ser alcançada deveria ser debelar o imposto mais sorrateiro e cruel da economia, que era a inflação³.

Para se chegar à futura estabilidade da economia e da moeda nacional, seria necessário, então, colocar em prática, junto com o plano, uma série de medidas que levassem a economia a uma das mais severas políticas de contenção de gastos, monetária, fiscal, de investimentos e cambial. No entanto, algumas dessas medidas até hoje não surtiram efeito ou, ainda, não foram realmente colocadas em prática pelo governo.

No tocante à política de gastos, fiscal, essa parece não mostrar para que veio, uma vez que os governos federal, estadual e municipal parecem não notar a importância que a mesma possui para uma construção firme e contínua da estabilidade econômica.

Quanto à política monetária, o que se pode dizer é que é ela que está, na verdade, conduzindo todo o processo de estabilização econômica pós-plano, mesmo que se realcem algumas medidas paliativas, como aumento das taxas de juros, mudanças no crédito, visando atingir um alvo maior que é suprir a falta de capital interno.

No que se refere às políticas de investimento e cambial, essas também, por sua vez, estão fazendo o papel de grande instrumento estabilizador da moeda e, conseqüentemente, da inflação⁴. No entanto, relacionando-as com a âncora verde, isto é, a agricultura, pode-se notar que ambas funcionam como um instrumento delimitador de progresso técnico quantitativo agrícola⁵.

Esse delimitador na área agrícola faz-se presente através da política míope com que é tratada a agricultura nacional, ou seja, é com limitações impostas ao homem do campo e ao grande produtor, via dificuldade de liberação de novos créditos, política de preço ao produtos, renegociação das dívidas e, por último, a

³ À medida que o processo inflacionário brasileiro vinha mantendo patamares de flutuação maiores que em outros países, esse passou a ser também um componente decisivo para o que se costuma chamar de *custo brasil* (Mantega, 1997).

⁴ Na verdade, o monitoramento dado ao câmbio, através da política cambial de valorização da moeda local em detrimento ao dólar americano, tem levado determinados setores da economia nacional, como a agricultura, a dependerem muito mais do comportamento dos preços externos do que internos.

⁵ *Progresso técnico agrícola* foi definido aqui como sendo o uso de maquinário, fertilizantes e outros meios de alavancar mais rapidamente a produtividade e a qualidade dos produtos internamente produzidos.

liberalização de importações desenfreada praticada pelo governo, que se faz com que esse setor seja um dos mais sofridos desde a criação do referido plano de estabilização⁶.

Como diz Luiz Inácio Lula da Silva: "... mas sim expô-la racionalmente e gradativamente à competição internacional, de forma ordenada e programada, dando uma oportunidade para os empresários e os trabalhadores brasileiros. Sem dúvida é preciso acabar com o paternalismo, porém sem instaurar a lei da selva" (Mantega, 1997, p. 8).

Tabela 1 - A inflação medida pelo IPC-Fipe (jul./94 a dez./97)

Ano	IPC-Fipe(% inflação)
1994	18,30
1995	23,17
1996	10,04
1997	4,83

Fonte: Conjuntura Econômica, *Conjuntura Estatística*, fev. 1998, v. 52, p. 3.

Mesmo com a conjunção desses vários acontecimentos, não se pode negar que o plano teve e está tendo um grande mérito, que é manter sob controle o tão falado *dragão inflacionário*. Nesse sentido, na Tabela 1, pode-se constatar, através do Índice de Preços ao Consumidor, IPC-Fipe, da Universidade de São Paulo, entre julho de 1994 e dezembro de 1997, a queda verificada nesse índice de inflação. De julho a dezembro de 1994, a mesma fechou em 18,30%; em 1995, passou para 23,17%; em 1996, caiu para 10,04% e, no ano passado, reduziu-se mais ainda, passando para menos de dois dígitos, isto é, 4,83%.

Tabela 2 - Área colhida e produção e a variação entre os dados de 1990/94 e de 1995/97

Produtos Selecionados	Área Variação %	Produção Variação %	Var.%(média anual)
Arroz	-8,10	6,60	1,30
Feijão	0,20	8,10	1,60
Café	-21,60	-15,20	-3,20
Trigo	-24,3	-0,70	-0,1
Laranja	2,00	14,50	2,70

Fonte: IBGE apud Conjuntura Econômica, fev. 98 *Elo Mais Fraco*, v.52, p. 3-5.

⁶ Para maiores informações sobre formas e meios para o financiamento da agricultura, consultar Araújo e Almeida (1997).

Fazendo-se um paralelo entre a inflação medida ao longo dos anos citados e os problemas enfrentados pela agricultura, pode-se dizer que a redução dos preços agrícolas contribuiu em muito para amenizar o custo inflacionário no período. Como reflexo desse arrocho praticado frente aos produtores rurais, na Tabela 2, as áreas colhidas e de produção antes praticadas passaram a apresentar variações negativas e positivas, sendo que as positivas contribuíram com valores bem pequenos.

A valorização cambial está sendo um fator determinante para o arrocho imposto à agricultura. Somente no período entre 1994/1997, o câmbio valorizou-se em 14,76%, enquanto que, ao mesmo tempo, produtos, como o feijão, arroz, café, frango, carne bovina e laranja, perderam nos seus preços, em termos reais, 37,54%, 17,83%, 25,82%, 31,91%, 33,76%, 66,15%, respectivamente. Ou seja, de uma forma ou de outra, a taxa de câmbio acaba influenciando na política interna de produção, uma vez que uma taxa de câmbio valorizada vai implicar reduções de preço ao produtor, e essas, por sua vez, estabelecem queda de lucratividade para o produtor, e, conseqüentemente, diminuição da área plantada para próxima safra (Melo, 1997, p.25).

Por exemplo, pode-se constatar a variação de produtos, como feijão, arroz, café, laranja e trigo. E aí, mais uma vez, pode-se distinguir duas grandes agriculturas: a exportadora, desenvolvida e utilizadora de novas tecnologias, e a interna, camponesa e muito pouco tecnológica. Mesmo assim, ambas as atividades não passaram de pequeno crescimento de 0,5% na área colhida dentre as principais culturas (Elo mais fraco, 1998, p.3).

Dessa forma, não é difícil descobrir quem, na verdade, vem participando com mais afinco para a estabilidade econômica. E, de uma maneira ou outra, o grupo de alimentação acaba participando de forma positiva para o trabalhador na forma de sucessivas reduções da cesta básica de alimentos. Esse ganho de redução de preço por parte do consumidor é, por outro lado, perda do produtor.

Isso pode ser entendido da seguinte maneira: "... como a agricultura moderna não pode viver sem a indústria (e vice-versa), cria-se uma situação lamentável: os industriais continuam a produzir e os cidadãos (que permanecem empregados) a gozar os benefícios da cesta básica barata, à custa do emprego dos trabalhadores rurais e do patrimônio dos agricultores" (Elo mais fraco, 1998, p.4).

3 EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NA CESTA BÁSICA DE CONSUMO POPULAR DE PASSO FUNDO NO PERÍODO DE 1994 A 1997

Ao mencionar a relação existente entre a cesta básica de consumo popular de Passo Fundo com a variação da inflação do Plano Real, pode-se constatar que a

mesma apresentou uma variação percentual bem menor do que o índice inflacionário (Tabela 3), não somente no comparativo ao IPC-Fipe, mas também quanto aos demais índices⁷ que medem a inflação brasileira, como o IPC do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (Iepe/Ufrgs). Isso pode dever-se à estrutura regional diferenciada frente a outras regiões, como São Paulo e Porto Alegre; à amostra populacional utilizada no cálculo das pessoas a serem analisadas para o cômputo dos produtos e quantidades e aos tipos de produtos listados e suas respectivas quantidades de consumo, que também contribuem para ser outro diferencial de comportamento de preços.

Tabela 3 – Índices acumulados comparativos do Plano Real

Dados Comparativos	Jul/1994 até Dez/1997 (%)
IPC-Fipe	68,07
Cesta Básica	27,60

Fonte: Centro Regional de Economia e Administração, FEA/UPF, 1997.

Quanto à estrutura regional diferenciada, o que se quer dizer é que existe todo um sistema econômico voltado para uma determinada produção, na qual a mesma possui alguma vantagem comparativa. Nesse caso, regiões agrícolas possuem um diferencial a mais no que tange à colocação do preço final do produto ao consumidor. Assim, os passo-fundenses se utilizam de sua vantagem locacional para usufruir de um custo menor na cesta básica.

Montoya (1993) enfatiza que: “...ficou evidente que a economia da região encontrou apoio importante no setor primário ... às atividades de pecuária, da extração vegetal e, nas últimas décadas, à lavoura de grãos”. Para Alonso (1989), essa ênfase deve-se, essencialmente, ao processo de relacionamento existente entre a região e sua atividade principal, que é a agricultura.

Para as situações que envolvem a determinação da amostra e suas peculiaridades comportamentais do consumidor, ambas passam a ser também um diferencial quanto a comparações envolvendo regiões e grupos de produtos analisados.

Analisando a Tabela 4, essa afirmação se confirma dada a queda ocorrida ao longo dos anos de comparação. No entanto, identifica-se também que a mesma não teve uma variação tão significativa no período de 1994/1997.

⁷ Quanto ao índice de preço calculado pelo Iepe/Ufrgs, pode-se notar um comportamento muito similar aos demais. Somente em 1997, a variação da inflação medida pelo Iepe foi de 7,68% e, durante a vigência do Plano Real, oscilou em 74,50%.

No ano de 1994, primeiros meses de vida do Plano Real, a cesta básica passo-fundense apresentou uma variação anual de 8,10%. Entre o período de 1995/1996, a redução apresentada foi por volta de três pontos percentuais, porém, em 1997, voltou a apresentar um acréscimo, tanto no comparativo quanto às variações anteriores, quanto também ao índice de inflação apresentado no respectivo ano (Tabela 2).

Tabela 4 –Variação percentual da cesta básica no Plano Real

Ano	Variação %
1994	8,10
1995	3,29
1996	5,60
1997	8,21

Fonte: Centro Regional de Economia e Administração, FEA/UPF, 1997.

A razão principal para essa mudança de comportamento deve-se principalmente ao comportamento de alta nos preços apresentado por alguns produtos essenciais na mesa do consumidor brasileiro. E esse fato, conjugado a questões, como redução da área plantada, maior competição dos produtos vindos do exterior e elevação das importações, ajudou também para que esse setor mostrasse sinais de fragilidade durante o ano passado (Tabela 5).

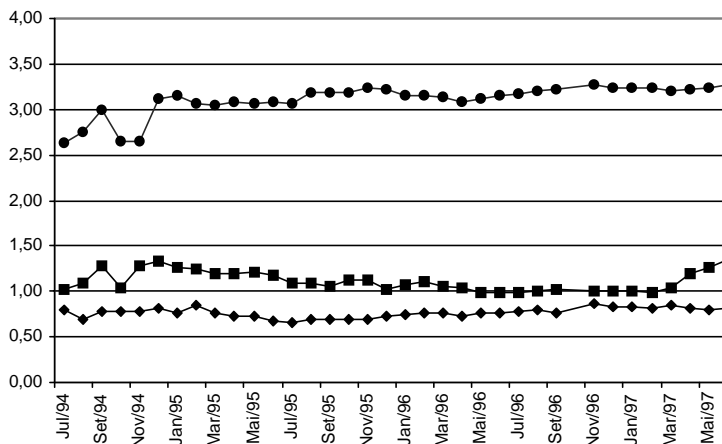
Tabela 5 – Preço unitário médio e variação anual dos produtos selecionados da cesta básica de Passo Fundo – 1994/97

Produtos Selecionados	Preço R\$				Variação % Anual		
	1994	1995	1996	1997	1994-95	1995-96	1996-97
Arroz	0,70	0,65	0,76	0,79	-7,14	16,92	3,95
Feijão	1,09	1,09	0,99	1,33	0,00	-9,17	34,34
Café	3,02	3,15	6,80	7,89	4,30	115,87	16,03
Laranja	0,44	0,52	0,42	0,52	18,18	-19,23	23,81
Frango	1,34	1,32	1,53	1,58	-1,49	15,91	3,27
Carne Bovina	2,76	3,06	3,15	3,45	10,87	2,94	9,52

Fonte: Centro Regional de Economia e Administração, FEA/UPF, 1997.

Desses produtos, o que mais chama atenção no tocante ao relatado anteriormente refere-se ao feijão. Esse produto apresentou um início de estabilidade no ano de 1994, passando a ter até uma variação negativa para o período 95/96 - 9,17%; contudo, a conjuntura agrícola nacional e questões relativas ao financiamento do produtor e queda no estoque acabaram refletindo em um aumento de 34,34% anual para 96/97 (Gráfico 1).

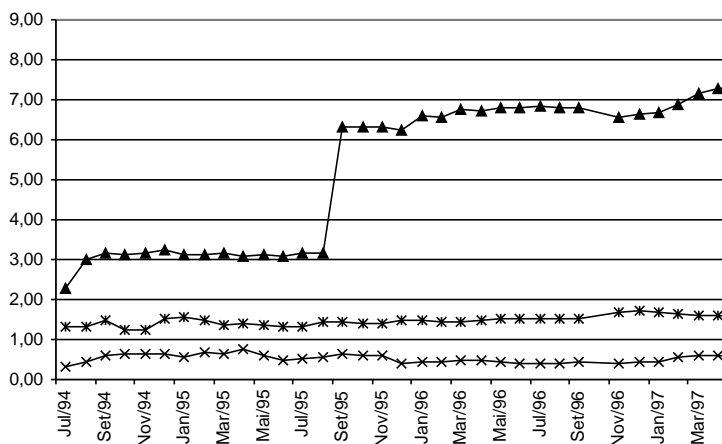
Gráfico 1 - Preços unitários médios mês a mês dos produtos selecionados da cesta básica de Passo Fundo – jul/94 a dez/97.



Fonte: Centro Regional de Economia e Administração, FEA/UPF, 1997.

Já produtos como arroz e a carne bovina também mostraram um comportamento não muito diferenciado do feijão. Notadamente, ambos passaram a sinalizar uma instabilidade mais forte no ano de 1997, o que se deveu, essencialmente, ao maior grau de importação dos produtos do Mercosul a fim de regularizar a oferta interna, evitando aumento de preços.

Gráfico 2 - Preços unitários médios mês a mês dos produtos selecionados da cesta básica de Passo Fundo – jul/94 a dez/97.



Fonte: Centro Regional de Economia e Administração, FEA/UPF, 1997.

Dos demais produtos selecionados, como café, laranja e frango, apenas o primeiro apresentou um comportamento de maior instabilidade. Isso se deveu à geada ocorrida ao longo do ano de 1994 e também à volatilidade de preço no mercado externo. A estabilidade do preço do frango no mercado interno é vista pela sua grande produção nacional e geradora de excedente exportável. Quanto à laranja, o país se destaca por ser um dos maiores produtores mundiais do produto ao lado dos Estados Unidos. Esse produto vem, ao longo dos últimos anos, alavancando em aproximadamente 15% sua participação na pauta de exportações, criando, assim, um mercado promissor para os produtores.

4 UM COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO CESTA BÁSICA VERSUS PLANO REAL

Em um simples comparativo entre a evolução do custo da cesta básica passo-fundense e a “estabilidade” trazida pelo Plano Real, o que se pode dizer é que esse vem apresentando resultados no que foi inicialmente programado. A queda da inflação e de todas as mazelas que o plano trazia no seu pacote foi amplamente realizada (O plano..., 1998, p.1).

Além do mais, não se pode esquecer que, ao comparar a evolução da inflação de julho de 1994 até dezembro de 1997, Tabela 3, com a variação da cesta básica, os resultados são amplamente favoráveis e é indiscutível o seu sucesso. Nela se mostra que, enquanto o índice de preço variou em 68,07%, a cesta modificou-se em 27,60%, no período.

Ainda não existe, entretanto, um sinal claro de que essa “estabilidade de preços” irá continuar, até porque o país é muito dependente da safra agrícola, que começa a ser colhida, e dos preços desses produtos no mercado externo. Assim, existe mais uma vez a possibilidade de flutuações de preços ocorrerem neste ano, prejudicando uma queda maior da inflação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar a eficácia do Plano Real quanto ao combate do imposto mais traiçoeiro que teimava em existir no país em níveis elevadíssimos, chamado de *inflação*. No que se refere somente ao combate inflacionário travado pelo governo por meio de suas políticas econômicas, o sucesso é certo.

Mesmo assim, a reboque desse ganho, surgiram também alguns problemas quanto ao câmbio, políticas fiscal e monetária e de investimentos. No que tange à política cambial, as diferenças de opinião quanto à sua eficácia são as mais varia-

das possíveis. Mesmo assim, o que se pode dizer, estando ela sobrevalorizada ou não, é que a mesma precisa refletir a paridade realmente existente entre as moedas de transações estrangeiras e o real. Não apresentando uma paridade real e transparente, o sucesso alcançado até hoje pode ser anulado num curto espaço de tempo.

Quanto às políticas fiscal e monetária, essas terão que sofrer algumas correções de rumo com as altas taxas de juros que inviabilizam a economia nacional e sua produção, assim como a fiscal, que precisa mostrar a sua cara no combate aos gastos públicos, contrabalançando receita e despesa do governo em toda a sua esfera.

Para os investimentos, e aí entra a agricultura, precisa-se urgentemente fazer uma política nacional agrícola que vise a todo o setor e, junto com ele, a sua inter-relação com a indústria. Desse modo, passa-se a criar meios mais concretos para o futuro quanto à busca de se atingir uma cesta de alimentos mais barata, redução do desemprego e, ainda mais, um patamar maior de desenvolvimento da agricultura, tanto externa quanto interna.

No que tange à questão da estabilidade da cesta básica de consumo popular passo-fundense, o que se pode dizer é que os ganhos obtidos por parte dos consumidores foram, em parte, perdas correlatas do produtor e, também, das importações praticadas pelo país.

E quanto ao comparativo da cesta passo-fundense com o IPC-Fipe e demais índices, o que se pode dizer é que o comportamento de consumo relativo a produtos e quantidades consumidas, relacionado com diferentes estruturas econômicas regionais, leva a um comportamento diferenciado final quanto ao comparativo entre índices estabelecidos.

Fazendo-se isso, certamente, a cesta básica de alimentos, tanto de Passo Fundo quanto nacional, irá, no curto prazo, produzir resultados maiores e melhores para a continuação de uma estabilidade econômica sustentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, José A. F. Reflexões sobre o desenvolvimento de Passo Fundo-RS:1939-87. In: *Projeto Passo Fundo ano 2000*. Passo Fundo: UPF, p. 37-57, 1989.
- ALVARES, Elcio. A consolidação do real. *O Globo*. Rio de Janeiro. 28-2-1998, p. 5.
- ARAÚJO, Paulo F. C. de e ALMEIDA, Alivinio de. Financiamento da agricultura: evolução e perspectiva. *Preços Agrícolas: mercados e negócios agropecuários*. São Paulo: USP/Esalq-DESR e Cedeia. Ano XI, n.126, abr./1997, p.3-8.